



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0008650-31.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Sonia Aparecida de Brito Mariano, CPF 099.008.278-48 - Desacompanhada de Advogado**
 Requerido: **JOSIANE ABREU FARIA, CPF 449.008.898-14 - Desacompanhada de Advogado**

Aos 08 de março de 2017, às 15:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) da ré, Sr. Maycon. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Nos termos do art. 373, I do CPC, “o ônus da prova incumbe ... ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito. No caso dos autos, a autora não se desincumbiu de seu ônus probatório. Com efeito, colhida a prova, o magistrado não está convencido a propósito de circunstâncias elementares para a identificação do causador do evento. Havia a necessidade de a autora comprovar que transitava de faróis acesos e em velocidade regular, porquanto essa circunstância tornou-se controvertida não só no processo, mas desde quando elaborado o boletim de ocorrência, ocasião em que a ré já havia declarado que os faróis do veículo da autora estavam apagados - o que impediu a visualização, pela ré, do carro da autora - e esta estaria transitando em velocidade excessiva – o que impediu que a própria autora evitasse o acidente, acionando os freios. Confira-se fls. 02. Durante a instrução deste feito, a autora não produziu prova a respeito desses fatos controvertidos. Com efeito, não trouxe nenhuma testemunha ou qualquer outra prova que seja capaz de convencer o magistrado. Nesse cenário, sem que se saiba exatamente o que ocorreu, a solução exigida pela lei é a improcedência da ação. Ante o exposto, julgo improcedente a ação. eixo de condenar a autora em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente:

Requerido:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA